

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA
DA UNIÃO EUROPEIA – DE OUTUBRO
A DEZEMBRO DE 2020

Elaborado por Fernando Pereira Ricardo

Abuso de posição dominante

Acórdão do Tribunal Geral de 16 de dezembro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-515/18; ECLI:EU:T:2020:620

Partes: Fakro sp. z o. / Comissão

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado de janelas de telhado – Decisão de rejeição de uma queixa – Artigo 7.º do Regulamento (CE) n.º 773/2004 – Acesso ao processo – Princípio da boa administração – “Prazo razoável” – Erro manifesto de apreciação – Obrigação de fundamentação – Falta de interesse da União – Probabilidade de apurar a existência de uma infração – Preços predatórios – “Marcas de combate” – Desconto – Exclusividade

Acórdão do Tribunal de Justiça de 25 de novembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-372/19; ECLI:EU:C:2020:1051

Partes: Belgische Vereniging van Auteurs, Componisten en Uitgevers CVBA (SABAM) / Wearone.World BVBA e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Artigo 102.º TFUE – Abuso de posição dominante – Conceito de preços “não equitativos” – Sociedade de gestão coletiva de direitos de autor – Situação de monopólio de facto – Posição dominante – Abuso – Execução de obras musicais em festivais de música – Tabela baseada nas receitas brutas resultantes da venda de bilhetes de entrada – Relação razoável com a prestação da sociedade de gestão coletiva – Determinação da parte do repertório musical da sociedade de gestão coletiva efetivamente executada

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de novembro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-814/17, ECLI:EU:T:2020:545

Partes: Lietuvos geležinkeliai AB / Comissão

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado de transporte ferroviário de mercadorias – Decisão que declara a violação do

artigo 102.º TFUE – Acesso de empresas terceiras às infraestruturas geridas pela companhia ferroviária nacional da Lituânia – Desmantelamento de um troço ferroviário – Conceito de “abuso” – Exclusão real ou provável de concorrente – Cálculo do valor da multa – Orientações para o cálculo do valor das multas de 2006 – Medidas corretivas – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição

Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas

Acórdão do Tribunal Geral de 16 dezembro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-93/18; ECLI:EU:T:2020:610

Partes: International Skating Union / Comissão

Descritores: Concorrência – Associação de empresas – Provas de patinagem de velocidade – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º TFUE – Regulamentação de uma federação desportiva – Conciliação entre direito da concorrência e especificidade do desporto – Apostas desportivas – Tribunal Arbitral do Desporto – Orientações para o cálculo das coimas – Âmbito de aplicação territorial do artigo 101.º TFUE – Restrição da concorrência por objetivo – Medidas corretivas

Acórdão do Tribunal de Justiça de 9 de dezembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-132/19 P; ECLI:EU:C:2020:1007

Partes: Groupe Canal + SA. / Comissão e o.

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Distribuição televisiva – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 9.º e artigo 16.º, n.º 1 – Decisão que torna os compromissos obrigatórios – Proteção territorial absoluta – Desvio de poder – Apreciação preliminar – Inexistência de obrigação da Comissão Europeia de ter em conta considerações relativas à aplicação do artigo 101.º, n.º 3 TFUE – Acordos que têm por objetivo compartimentar os mercados nacionais – Inexistência de obrigação da Comissão de analisar um por um os mercados nacionais em causa – Proporcionalidade – Violação dos direitos contratuais de terceiros

Acórdão do Tribunal de Justiça de 25 de novembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-823/18 P; ECLI:EU:C:2020:955

Partes: Comissão / GEA Group AG

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercados europeus dos estabilizadores térmicos à base de estanho, óleo de soja epoxidado e dos ésteres – Fixação dos preços, repartição dos mercados e troca de informações comerciais sensíveis – Aplicação do limite máximo de 10 % do volume de negócios a uma das entidades que constituem a empresa – Anulação da decisão que altera a coima fixada na decisão inicial de declaração da infração – Coimas – Conceito de “empresa” – Responsabilidade solidária pelo pagamento da coima – Princípio da igualdade de tratamento – Data de exigibilidade da coima em caso de alteração

Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-611/18 P; ECLI:EU:C:2020:868

Partes: Pirelli & C. SpA / Comissão

Descritores: Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu de cabos elétricos – Partilha do mercado no contexto de projetos – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 23.º, n.º 2 – Competências da Comissão Europeia em matéria de coimas – Imputabilidade de uma infração – Presunção do exercício efetivo de uma influência determinante – Obrigação de fundamentação – Direitos fundamentais – Benefício da ordem ou de discussão – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal de Justiça de 22 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-702/19 P; ECLI:EU:C:2020:857

Partes: Silver Plastics GmbH & Co. KG e o. / Comissão.

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado das embalagens para géneros alimentícios para venda a retalho – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º TFUE – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 23.º – Artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos – Direito fundamental a um processo equitativo – Princípio da igualdade de armas – Direito “à acareação” – Inquirição de testemunhas – Fundamentação – Infração única e continuada – Valor máximo da coima

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-255/17; ECLI:EU:T:2020:460

Partes: Les Mousquetaires / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Procedimento administrativo – Decisões que ordenam inspeções – Exceção de ilegalidade do artigo 20.º do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Direito a um recurso efetivo – Dever de fundamentação – Direito à inviolabilidade do domicílio – Indícios suficientemente sérios – Proporcionalidade – Recurso de anulação – Alegações relativas ao desenrolar de uma inspeção – Recusa em proteger a confidencialidade de dados relativos à vida privada – Inadmissibilidade

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-254/17; ECLI:EU:T:2020:459

Partes: Intermarché Casino Achats / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Procedimento administrativo – Decisão que ordena uma inspeção – Exceção de ilegalidade do artigo 20.º do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Direito a um recurso efetivo – Igualdade de armas – Obrigação de fundamentação – Direito à inviolabilidade do domicílio – Indícios suficientemente sérios – Indícios de participação nas infrações – Proporcionalidade

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-249/17; ECLI:EU:T:2020:458

Partes: Casino, Guichard-Perrachon / Comissão

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Procedimento administrativo – Decisão que ordena uma inspeção – Exceção de ilegalidade do artigo 20.º do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Direito a um recurso efetivo – Igualdade de armas – Obrigação de fundamentação – Direito à inviolabilidade do domicílio – Indícios suficientemente sérios – Proporcionalidade

Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 17 de dezembro de 2020, proferido no âmbito dos Processos C-431/19 P e C-432/19 P; ECLI:EU:C:2020:1051

Partes: Inpost Paczkomaty sp. z o. / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 106.º, n.º 2 TFUE – Serviços de interesse económico geral (SIEG) – Enquadramento da União Europeia – Aplicação aos auxílios de Estado sob a forma de compensações de serviço público – Setor postal – Diretiva 97/67/CE – Artigo 7.º – Compensação do custo líquido resultante das obrigações de serviço universal – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno

Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de dezembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-160/19 P; ECLI:EU:C:2020:1012

Partes: Comune di Milano / Comissão

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Setor do transporte aéreo – Serviços de assistência em escala nos aeroportos de Milão-Linate e de Milão-Malpensa (Itália) – Injeções de capitais efetuadas pelo gestor daqueles aeroportos na sua filial detida a 100 % que presta esses serviços – Estrutura acionista pública do gestor – Decisão que declara as referidas medidas auxílios de Estado ilegais e incompatíveis com o mercado interno – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Conceitos de “recursos estatais”, de “medida imputável ao Estado” e de “vantagem económica” – Princípio do operador privado – Critério do investidor privado – Ónus da prova – Apreciações económicas complexas – Intensidade da fiscalização jurisdicional – Desvirtuação de elementos de prova

Acórdão do Tribunal de Justiça de 24 de novembro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-445/19; ECLI:EU:C:2020:952

Partes: Viasat Broadcasting UK Ltd / TV2/Danmark A/S

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Sociedade pública de radiodifusão – Artigo 106.º, n.º 2 TFUE – Serviços de interesse económico geral – Auxílio compatível com o mercado interno – Artigo 108.º, n.º 3 TFUE – Notificação – Falta – Obrigação de o beneficiário pagar juros relativos ao período de duração da ilegalidade desse auxílio – Cálculo dos juros – Montantes a ter em conta

Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-608/19; ECLI:EU:C:2020:865

Partes: Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) / Zennaro Giuseppe Legnami Sas di Zennaro Mauro & C.

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Regulamento

(UE) n.º 1407/2013 – Artigo 3.º – Auxílio *de minimis* – Artigo 6.º – Monitorização – Empresas que ultrapassam o limiar *de minimis* em razão da cumulação com outros auxílios obtidos anteriormente – Possibilidade de optar entre a redução ou a renúncia a um auxílio anterior a fim de respeitar o limiar *de minimis*

Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-556/19; ECLI:EU:C:2020:844

Partes: Eco TLC / Ministre d'État, ministre de la Transition écologique et solidaire

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Conceito de “recursos estatais” – Responsabilidade alargada dos produtores – Eco-organismo autorizado pelos poderes públicos a cobrar contribuições financeiras às pessoas que colocam no mercado certos produtos para proceder, por conta das referidas pessoas, à sua obrigação legal de tratamento dos resíduos resultantes desses produtos – Apoios financeiros pagos pelo eco-organismo aos operadores de triagem convencionados

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-316/18; ECLI:EU:T:2020:489

Partes: První novínová společnost a.s. / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Setor postal – Obrigação de serviço universal – Decisão de não colocar objeções – Salvaguarda dos direitos processuais – Duração do processo – Análise completa e suficiente do processo pela Comissão – Compensação pela execução de obrigação de serviço universal – Serviço de interesse económico geral – Diretiva 97/67/CE – Método dos custos líquidos evitados – Obrigação de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-597/18; ECLI:EU:T:2020:467

Partes: Hermann Albers e K. / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Transporte público de passageiros – Compensação dos custos inerentes às obrigações de serviço público – Obrigação de fixação de tarifas máximas para alunos, estudantes, aprendizes e pessoas com mobilidade reduzida – Artigo 7.º-A do Niedersächsisches Nahverkehrsgesetz (Lei dos transportes locais do Land da Baixa Saxónia – Decisão de não colocar objeções – Artigo 3.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento

(CE) n.º 1370/2007 – Transferência de recursos financeiros de um Land para autoridades organizadoras do transporte a nível municipal – Conceito de auxílio – Obrigação de notificação

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-583/18; EC ECLI:EU:T:2020:466

Partes: Gesamtverband Verkehrsgewerbe Niedersachsen e V. (GVN) / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Transporte público de passageiros – Compensação dos custos inerentes às obrigações de serviço público – Obrigação de fixar tarifas máximas para alunos, estudantes, aprendizes e pessoas com mobilidade reduzida – Artigo 7.º-A do Niedersächsisches Nahverkehrsgesetz (Lei dos transportes locais do Land da Baixa Saxónia) – Decisão de não colocar objeções – Artigo 3.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 – Transferência de recursos financeiros de um Land para autoridades organizadoras de transporte a nível municipal – Conceito de auxílio

Acórdão do Tribunal de Justiça de 1 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-603/19; ECLI:EU:C:2020:774

Partes: TG e o. / Úrad špeciálnej prokuratúry Generálnej prokuratúry Slovenskej republiky e o.

Descritores: Reenvio prejudicial – Proteção dos interesses financeiros da União Europeia – Artigo 325.º TFUE – Processo penal relativo a infrações em matéria de fraude às subvenções parcialmente financiadas através do orçamento da União Europeia – Direito nacional que, no âmbito de um processo penal, não permite que os organismos do Estado recuperem subvenções a título de indemnização do prejuízo causado pelas infrações

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de outubro de 2020, proferido no âmbito dos Processos T-479/11 RENV e T-157/12 RENV; ECLI:EU:T:2020:461

Partes: França / Comissão

Descritores: Auxílios de Estado – Exploração de petróleo – Regime de auxílios implementado pela França – Garantia implícita e ilimitada do Estado concedida ao IFPEN pela concessão do estatuto de EPIC – Vantagem – Presunção de existência de uma vantagem – Proporcionalidade

Concentrações de empresas

Acórdão do Tribunal Geral de 16 de dezembro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-430/18; ECLI:EU:T:2020:603

Partes: American Airlines, Inc. / Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Mercado do transporte aéreo – Decisão que declara a concentração compatível com o mercado interno e o Acordo EEE – Compromissos – Decisão que concede direitos de anterioridade – Erro de direito – Conceito de uso adequado

Acórdão do Tribunal Geral de 5 de outubro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-380/17; ECLI:EU:T:2020:471

Partes: HeidelbergCement AG e o. / Comissão

Descritores: Concorrência – Concentrações – Mercado do cimento cinzento na Croácia – Decisão que declara a concentração incompatível com o mercado interno e o Acordo EEE – Empresas em causa – Mercado relevante – Parte substancial do mercado interno – Avaliação dos efeitos da operação sobre a concorrência – Compromissos – Direitos de defesa – Remessa parcial às autoridades nacionais